



## Tomada de posse direção APESP

Exmas. Autoridades

Minhas senhoras e meus senhores

Colegas

Os meus cumprimentos fraternos num momento tão delicado da vida do país e do mundo em que ganhou importância acrescida o facto de ter sido reforçado o sentimento de que a globalização e a pandemia acentuaram a nossa interdependência na casa comum que todos habitamos. Por isso, aproveito para desejar aos presentes e famílias as maiores felicidades pessoais e sucessos profissionais.

Permitam que introduza uma nota prévia nesta minha intervenção como representante do Colégio Politécnico da nova direção da APESP, que embora marcada por um pendor pessoal e por um sentimento profundo de gratidão à vida, fundamenta a razão de aqui vos falar.

Estou ligado ao Ensino Superior Politécnico desde 1983, ano em que obtive uma bolsa de estudo para me preparar científica e tecnicamente para integrar o corpo docentes de fundadores do novo subsistema do ensino superior e tive a oportunidade de participar, desde o primeiro momento, no arranque do que é hoje uma instituição de referência, tendo desempenhado ao longo dos 28 anos em que lá servi, os mais diversos cargos de gestão administrativa e académica; iniciámos com 5 estudantes em 1985 e tínhamos 12000 quando terminei funções em 2013.

Desde então contribuo com o meu conhecimento e experiência para a escola que aqui represento, a Superior de Saúde de Santa Maria, experiência pessoal e institucional que muito me tem enriquecido e me permitiu, a convite do Prof. João Redondo, integrar a direção da APESP, confiança agora renovada pelo novo presidente, Prof. Almeida Dias, sendo da maior justiça deixar aqui um agradecimento a ambos pela confiança que em mim e na minha entidade instituidora depositaram e agradecer também aos colegas que partilharam as direções anteriores, com quem foi um prazer partilhar este projeto de representação das instituições privadas.

A experiência e conhecimentos adquiridos ao longo destes anos são o lastro para a minha ação na direção da APESP e o meu contributo para que o Colégio Politécnico possa constituir-se como um fórum de discussão especializada e para a formulação de posições



conjuntas que acautelem os nossos interesses específicos. Temos representadas na APESP 35 instituições politécnicas, que correspondem a cerca de 18000 estudantes, o que equivale a 15% do total de estudantes das instituições representadas pela APESP e a cerca de 5% do total de estudantes do ensino superior.

Olhando para os números, fica claro que a maioria são pequenas instituições, o que reforça o interesse no associativismo, no trabalho em rede, no estabelecimento de projetos de cooperação interinstitucionais ou de consórcios que permitam rentabilizar recursos materiais e humanos, única forma de podermos olhar para o futuro com mais otimismo face às exigências crescentes de qualidade e à realidade demográfica do país, cuja saldo natural é crescentemente negativo e onde não existem políticas de captação de imigrantes qualificados, digamos “novos portugueses”, única forma de fazermos face ao défice de nascimentos que ameaça corroer todas as estruturas do país e a longo prazo condenar-nos à irrelevância.

Num quadro cultural e político marcadamente estatizante, é nossa obrigação defender os méritos das escolas privadas e o trabalho social que realizam, criando oportunidade para que muitos estudantes possam fazer e concluir os seus cursos, que de outra forma não teriam esta possibilidade. Ao contrário do que muitos pensam, os(as) nossos(as) estudantes provêm maioritariamente das classes menos favorecidas e as suas famílias fazem esforços assinaláveis para que eles e elas possam frequentar as nossas escolas.

A este propósito convém sublinhar que as famílias cujos filhos e filhas estudam nas escolas privadas pagam duplamente a educação dos seus descendentes; pagam enquanto contribuintes, assim financiando o ensino estatal e pagam enquanto pais e mães as propinas como forma de assegurarem um melhor futuro para os seus descendentes.

E digo estatal e não público, como é mais corrente, porque públicos são todos os estabelecimentos de educação e ensino, pois todos prestam um serviço de interesse público, o que os distingue é apenas a propriedade, num caso, pertencentes ao Estado e financiados com dinheiros do Orçamento Geral do Estado, no outro, pertencentes a entidades privadas e financiados com fundos privados e com as propinas dos estudantes.

Infelizmente, esta realidade não é entendida por muitos, não sendo raro encontrar em responsáveis de serviços estatais a ideia de que os alunos do privado devem ser discriminados em relação aos que estudam em escolas estatais, por considerarem que os serviços do Estado, nomeadamente em termos de estágios, devem disponibilizar vagas prioritariamente para estes, tratando os estudantes dos privados como de segunda classe.



O mesmo acontece em inúmeras situações em que as escolas privadas têm de suportar custos dos estágios de que as do Estado estão isentas sem que se alcance a racionalidade desta medida uma vez que o Estado é uma entidade que está ao serviço da sociedade e os seus serviços devem tratar por igual todos os cidadãos, neste caso todos os estudantes, independentemente das escolas onde estudam.

No fundo, há aqui uma velha questão de liberdade de escolha das escolas e de Estado a mais, que é velha em Portugal e que se tem agravado nas últimas décadas, com leituras constitucionais que no limite advogam a exclusividade do ensino estatal e olham para os operadores privados quase como malfeitores que querem fazer negócio com a educação.

É nossa obrigação, e foi esta seguramente uma das razões que levou à constituição da APESP, a defesa da liberdade de ensinar e aprender e do papel relevante que o ensino privado e, nesta circunstância o ensino politécnico privado, desempenham como instituições ao serviço do desenvolvimento do país, acolhendo estudantes que por uma ou outra razão não querem ou não podem estudar nas escolas estatais.

É este o enquadramento que, no futuro, vai ditar as nossas tarefas tanto mais que em termos académicos as questões do Ensino Superior Politécnico não são diferentes no estatal e no privado, daí o nosso compromisso em defendermos a matriz politécnica, abertos à cooperação com os institutos e escolas estatais, que tem subjacente a ideia de uma aprendizagem ancorada na prática, em articulação com as entidades empregadoras, numa perspetiva de formação de técnicos e especialistas altamente qualificados ao serviço da modernização do país, que enformados por uma sólida base teórica, uma educação humanista, domínio dos soft skills, adquiram robusta formação em contacto direto com a realidade prática em que vão exercer as suas atividades profissionais.

Em termos do ensino privado existe um desafio fundamental, a cooperação entre as instituições, pois tratando-se, como vimos, de pequenas escolas é a sua sobrevivência que dita a necessidade de nos unirmos e ganharmos escala em conjunto, por forma a podermos fazer face às crescentes exigências legais e de qualidade, numa espiral em que não temos descanso e onde se aplica uma frase de um poster que alunos meus uma vez me ofereceram e em que se afirmava “Na escola é sempre a mesma coisa, quando aprendemos as respostas, mudam as perguntas”. Neste caso, ainda não conseguimos satisfazer um nível de exigência e já nos estão a exigir outro, o que nos dias mais sombrios nos leva, por vezes, a pensar que alguns parecem ter um plano concertado para nos sufocar até não restar outra oferta que não seja a estatal.



As instituições têm feito um esforço gigantesco para se adaptar, se modernizar e elevar o nível de qualidade, mas é necessário ter em consideração aspetos particulares que contribuem para a riqueza e diversidade do sistema e que não é sequer útil para o país destruir todas as pequenas escolas em nome de princípios que só grandes organizações conseguem satisfazer. Se o mesmo critério fosse aplicado ao mundo empresarial seriam extintas a maioria das pequenas e médias empresas, com gravíssimas consequências para o país. Dirão alguns que o exemplo não colhe, mas a verdade é que a analogia nos ajuda a perceber melhor o que está em causa.

Em termos institucionais é imperioso que a representação do Colégio Politécnico da APESP seja considerado, para efeitos académicos, como um parceiro ao nível do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e que o Governo nos chame para a mesa da discussão sempre que haja matérias a debater de interesse geral, ao contrário do que tem acontecido, ainda bem recentemente, em que fomos completamente excluídos de participar em tomadas de decisão que importavam a todo o setor, em que foram estabelecidos acordos com entidades terceiras sem a nossa participação e em que os nossos estudantes também eram visados.

Dando como adquirido que todos os cursos existentes em todas as instituições estão acreditados pela A3ES, estão garantidos os padrões de qualidade exigidos, sendo necessário prepararmo-nos para o futuro, em que temos de agir como um corpo com interesses comuns e defendermos os nossos princípios e a sustentabilidade das nossas instituições, sob pena de pormos em risco escolas e institutos, postos de trabalho e projetos educativos e formativos únicos, o que constituiria uma enorme perda para o país.

Para não me alongar vou apenas referir os três aspetos que reputo mais importantes para partilhar com os presentes e com os colegas das escolas e institutos politécnicos privados deixando-os à vossa consideração como uma espécie de proposta para aprofundamento em momento oportuno - a mudança do paradigma formativo, a investigação e a internacionalização.

Os modelos correntes de ensino-aprendizagem são ainda muito centrados no modelo de escola que decorreu da primeira revolução industrial, que hoje se mostram completamente ultrapassados e a que a pandemia veio dar uma machadada decisiva. A nosso ver a primeira característica a desenvolver num estudante do ensino superior é a sua autonomia, o que significa capacidade para não estar dependente exclusivamente da informação que lhe é transmitida pelos(as) professores(as) e desenvolver competência de pesquisa e reflexão pessoal. Isto exige o desenvolvimento do raciocínio crítico, base para se desenvolver um pensamento



próprio e fundamentado. Complementarmente os(as) estudantes devem desenvolver capacidade criativa. Não se limitar a aceitar a realidade tal como é, mas ponderar sempre em ver novas perspetivas e encontrar novos caminhos. Finalmente, tornarem-se inovadores(as), serem capazes de transformar a sua criatividade num ato de impacto social.

Este é um caminho que muitas instituições já estão a percorrer e o ensino a distância videopresencial veio demonstrar que as instituições estavam maduras para empreender mudanças significativas e se o conseguiram neste caso também o podem conseguir numa reinvenção mais vasta em que o processo seja centrado nos estudantes e os professores assumam crescentemente papéis de mediadores e tutores, ao invés dos velhos modelos do passado, ainda prevalentes nalgumas instituições.

Relativamente à investigação existem desafios ainda não completamente clarificados, pois se, por um lado, se afirma a identidade dos politécnicos, por outro, esquece-se este desiderato quando os centros de investigação estão orientados numa perspetiva eminentemente universitária e as avaliações não contemplam a especificidade da investigação aplicada, própria dos politécnicos.

Conhecemos as posições dos afirmam que não há investigação fundamental e aplicada, há apenas boa ou má investigação, mas esta é uma afirmação que sendo verdadeira oculta o essencial, porque a investigação prática, que procura resolver problemas concretos da sociedade ou das empresas, e que deve ser privilegiada no ensino politécnico, não é avaliada, nem consegue ser publicada, da mesma forma que a realizada nas universidades e é, frequentemente, objeto de avaliações preconceituosas até por painéis de pares essencialmente constituídos por colegas pouco conhecedores da realidade politécnica.

Esta matéria, partilhada por todo o universo de instituições politécnicas, reforça a nossa necessidade de também nesta área nos organizarmos para sermos mais fortes e capazes de responder aos desafios crescentes de afirmarmos a qualidade da investigação que fazemos, não enjeitando a matriz que nos guia e defendendo e afirmando os nossos pontos de vista relativamente ao interesse social e à qualidade da investigação que se faz nas instituições politécnicas, sejam elas privadas ou estatais.

Ligado à investigação estão os projetos, nacionais e internacionais, cuja submissão exige meios e recursos de que nem sempre as pequenas instituições dispõem. Há, por isso, que fazer um esforço para que se estabeleçam consórcios capazes de viabilizar a participação de todas as instituições em projetos, consoante as áreas de especialidade, para que ninguém fique para trás.



Uma palavra para sublinhar as dificuldades da internacionalização e da necessidade de refletirmos seriamente nesta matéria. O que parece fácil nas grandes escolas, torna-se um problema nas mais pequenas. A capacidade financeira dos estudantes está muito sobrecarregada pelo peso das propinas e o financiamento Erasmus nem sempre é suficiente para permitir aos estudantes fazer experiência no exterior, mesmo quando as instituições oferecem bolsas suplementares. Também a pouca visibilidade internacional de algumas instituições dificulta a sua escolha por estudantes incoming por puro e simples desconhecimento daquelas. Estes dois fatores criam dificuldades acrescidas ao incremento da mobilidade de estudantes, sendo, apesar de tudo, mais fácil a de docentes e pessoal de administração e serviços. Também aqui temos uma oportunidade e um desafio óbvio de mais e melhor cooperação no sentido de aumentar a mobilidade seja outgoing seja incoming.

Nesta intervenção procurámos apenas e sumariamente sinalizar alguns dos grandes desafios que temos pela frente e que serão sempre aumentados porque a realidade é cada vez mais complexa, mas estamos convictos de que a direção da APESP e todas as associadas do subsetor politécnico saberão encontrar a melhor via de unidade e cooperação, em benefício de todas e de cada uma.

Pela minha parte farei o melhor que puder, empenhar-me-ei até ao limite da minha capacidade e engenho e podem contar comigo para defender os nossos interesses com urbanidade, mas sem a subserviência muito típica do nosso país ainda muito marcado pelo respeito reverencial em relação aos órgãos do poder e pelo medo de assumir publicamente posições controversas por se poder vir a ser prejudicado pelos diversos poderes que conosco interagem, particularmente face aos que teimam em considerar o ensino privado como um parente pobre da educação nacional.

Os nossos estudantes são filhos do mesmo deus, as suas famílias pagam impostos como qualquer outra e têm, por isso, direito a ser tratados pelo Estado e pelos seus serviços em pé de igualdade com os estudantes das escolas estatais, competindo-nos mais do que defender os nossos interesses corporativos, defendê-los, porque são eles a razão da nossa existência, da nossa luta pela defesa deste subsetor da educação superior, pelo reconhecimento nacional e internacional da qualidade e interesse social do ensino politécnico privado em Portugal.

Lisboa, 7 de Maio de 2021

José Manuel Silva